

PROJETO DE LEI Nº 053/2019

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 053/2019, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE ALTERA A REMUNERAÇÃO INICIAL DO CARGO DE AGENTE OPERACIONAL DE SAÚDE/CONDUTOR DE VEÍCULOS DE URGÊNCIA, ALTERA O ANEXO DA LEI Nº 1.437/201, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER

1) Pelo que consta, o objetivo do presente Projeto alterar a remuneração inicial para o Cargo de Agente Operacional/Condutor de Veículos de Urgência vinculados ao programa SAMU.

Ainda, no sentido de viabilizar o aumento em análise, o S.r. Prefeito Municipal assevera na mensagem nº 057/2013, que encaminhou o presente projeto de Lei: *"Visa melhorias nas condições de trabalho dos servidores, para que possam criar um vínculo mais duradouro, tentando evitar a alta rotatividade de funcionários a que a Secretaria de saúde vem suportando"*

É cediço que ao Município, por seu administrador, é permitido, após prévia autorização legislativa, acrescentar, alterar, modificar ou revogar artigos, parágrafos, incisos e letras nas Leis Municipais.

No caso em apreço, entende esta assessoria que assiste razão à propositura legal, haja vista que, em suma, *não existe vedação para a concessão de aumento real de valores, mesmo que para uma única categoria.*

Contudo, sabemos que demandas que abordem este contexto, devem, obrigatoriamente, seguir os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal, que ao dispor sobre o controle da despesa total com o pessoal, a condiciona



a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e outras exigências, assim vejamos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Continuando, afirmou o senhor prefeito juntamente com sua equipe técnica que, o impacto orçamentário e financeiro do referido Projeto de Lei, possui cabível possibilidade, sendo conclusivo em afirmar que, a margem de expansão das despesas de caráter continuado atualizada do exercício de 2019 é suficiente para o aumento de despesa de pessoal que será ocasionada pelo aumento da remuneração do Cargo de Agente Operacional.

Sugiro aos nobres vereadores que, busquem mais informações nesta órbita junto a Assessoria Contábil desta Casa de Leis que possui

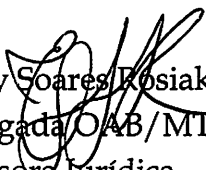


competência técnica para analisar se o declarado é verdade, e assim, ajudar a fundamentar e orientar as decisões relativas ao contexto financeiro e orçamentário Municipal.

Face ao exposto, entendo que a proposição em análise é pertinente ante a ausência de óbice para a concessão de aumento real de valores, mesmo que para uma única categoria, podendo ser levado a plenário após as formalidades e análise contábil, com a ressalva de que cabe aos senhores VEREADORES, em um juízo de valor, analisarem se o que se pretende se coaduna com a realidade, necessidade e capacidade do Município.

É o parecer, s.m.j.

Campo Novo do Parecis, MT, 07 de agosto de 2019.


Everly Soares Rosiak
Advogada/OAB/MT 17.866-O
Assessora Jurídica